

3

Fundamentos Teóricos

A presente pesquisa volta-se para o estudo da construção das identidades sociais e discursivas na fala-em-interação de uma família brasileira. Do ponto de vista teórico, são importantes, neste capítulo, em primeiro lugar, o posicionamento sobre as identidades sociais, envolvendo as relações entre indivíduos e grupos, com foco na família; e, em segundo lugar, as teorias discursivas de natureza sócio-interacional que norteiam e fornecem as categorias de análise de dados na fala-em-interação, para a construção de identidades individuais e de grupo, no contexto da família.

3.1

Identidades sociais: relações entre o indivíduo e o grupo

Uma questão teórica que se coloca sobre nossa proposta de articular identidades sociais e discursivas no âmbito da família consiste em estabelecer como se dão essas relações que contemplam, por um lado, as identidades dos membros da família individualmente e, por outro lado, as identidades da família, como um grupo social.

Sarangi (2006), em seu texto introdutório de um número especial da *Text & Talk*, organizada por Tannen & Goodwin, com foco no discurso e enquadres da família, concebe a família como “uma instituição social que faz a mediação entre o indivíduo e o social, com estruturas identificáveis, funções e hierarquias” (p. 403).

Snow (2001) se propõe a refletir sobre a relação entre identidades pessoais e sociais, para a discussão de identidades coletivas. Embora a discussão seja diferenciada, em nossa pesquisa, a reflexão do autor é inspiradora para nossas considerações sobre as relações entre identidades construídas individualmente e as relações com as identidades de família.

Para Snow (id. Ibid.) as identidades pessoais são atributos e significados atribuídos a si mesmo pelo autor, especialmente passíveis de se afirmarem no

curso da interação; já as identidades sociais, pelo fato de serem atribuídas às pessoas, como uma forma de situá-las no espaço social, como “mãe”, “professor”, envolvendo também categorias de gênero, etnia, categorias nacionais são vistas como contraditórias. Seja qual for a sua base específica sociocultural, identidades sociais são fundamentais para a interação social, na medida em que fornecem pontos de orientação para "alterar" os "outros" como um objeto social.

Identidades individuais são contempladas por Johnstone (1996, 2000) que discute, sobretudo, as relações entre discurso, sociedade e o indivíduo. O discurso é moldado pela audiência, situação e pelo propósito (1996: 4). Em relação à voz do indivíduo, ela aponta questões como o conceito do ‘eu’, sua autoconsciência, sua subjetividade, individualidade, personalidade, voz e agência, importantes para a manutenção da vida social (1996: 5, 7, 2000: 405). Johnstone inclui Goffman (1981) para estabelecer que os falantes superpõem *footings* em seu discurso, como animador, o produtor físico das palavras, como autor, pessoa que compõe o discurso ou, principalmente, a pessoa que é responsável pela força dos atos produzidos (2000: 406). A linguagem de uma pessoa é diferente da outra porque cada indivíduo tem um conjunto de memórias diferentes e faz diferentes generalizações a partir do que ouve (1996:8).

Johnstone (2000: 407) destaca que a cultura prevê seres humanos com várias formas de se orientar como indivíduos, incluindo formas de identificação de si mesmos e de terceiros a partir de nomes e termos de relacionamento, com formas de auto-avaliação e de suas ações, de expor suas memórias, como no relato de narrativa (Linde, 1993 *apud* Johnstone 2000: 407).

As identidades sociais são consideradas em nosso estudo como construídas através do discurso; para tanto, assumimos a posição de Moita Lopes (2003), que reafirma a centralidade da construção discursiva das identidades sociais, o que quer dizer que “quando vamos investigá-las as identidades não estão prontas e fixas, mas sim situadas nos processos discursivos de suas construções”. (2003, p.24). Daí dizer que entende as identidades sociais como “construções sociais e, portanto, discursivas, visto que aprendemos a ser quem somos nos encontros interacionais de todo dia” (p.27).

As identidades sociais envolvendo papéis de pai, mãe, filhas, irmãs, e como se relacionam nesses papéis estão sendo focalizadas no âmbito da família,

“instância fundamental na mediação entre indivíduo e sociedade” (Mello, 2005: 25). Como indicamos no cap. 2, a constituição da família, embora remeta a um grupo social composto por um casal e seus filhos, já se encontra modificada do ponto de vista social e cultural, com discussões relacionadas à constituição da família com casais separados, casais gays, dentre outras possibilidades.

Rocha-Coutinho (2006), ao comentar sobre o processo de mudanças no âmbito da família, retoma o estudo de Figueira (1987:17), considerando que,

“se, por um lado, o conceito de família está atrelado a um grupo social concreto e empiricamente delimitado, por outro, é perpassado também pelos discursos sociais e construções ideológicas vigentes no meio cultural mais amplo em que esse grupo se insere. Assim, qualquer estudo que tenha seu foco voltado para a família deve levar em conta tanto o plano das práticas sociais efetivas, quanto o plano das construções discursivas e ideológicas, com suas representações e valores” (Barros, 2006: 96).

A proposta para este trabalho entende o grupo social envolvendo diferentes concepções de família e coloca-se, discursivamente, no âmbito de: (a) identidades pessoais de seus membros, em como se auto-atribuem atributos, posições; (b) de identidades sociais envolvendo papéis de pai, mãe, filhas, irmãs e como se relacionam nesses papéis; (c) identidades sociais de pertencimento ao grupo, com a noção de ‘nós’, com valores e práticas discursivas, rotinas, partilhados ou em conflito; em convivência ou não no mesmo espaço físico, social, cultural, psicológico. Essas identidades são relacionais, entre o ‘eu’ e o ‘outro’ (Bucholtz & Hall, 2005: 586).

3.2

Identidades discursivas e sócio-interacionais

Abordagens discursivas de natureza sócio-interacional norteiam e fornecem as categorias de análise de dados na fala-em-interação para a construção de identidades individuais e de grupo, no contexto da família.

Informam nossa perspectiva teórica, em se tratando das relações entre identidade e interação, as seguintes abordagens: a abordagem linguística e sócio-cultural de Bucholtz & Kira Hall (2005); a abordagem da análise da conversa, a partir de Antaki & Widdicombe (1998) e Zimmerman (1998); a abordagem

discursiva da Sociolinguística Interacional, principalmente a partir de Goffman (1974, 1981); Tannen (2003) e Tannen & Wallat (1987).

Tomamos como orientação central a proposta de Bucholtz e Hall (2005) que contemplam abordagens interacionistas e sócio-culturais em relação às identidades. As autoras argumentam por uma proposta de análise da identidade constituída na interação linguística, como um fenômeno interacional e sociocultural, que emerge e circula nos locais e no contexto do discurso.

3.2.1

Princípios norteadores na construção de identidades na fala-em-interação

Bucholtz e Hall (2005) propõem cinco princípios que entendem como fundamental para o estudo da identidade:

1) O princípio da emergência – as identidades emergem em alguma forma de discurso (p. 587);

2) O princípio da posicionalidade: inclui a abordagem não somente de construtos identitários de subjetividade social, mas também categorias identitárias locais e posições interacionais transitórias, que emergem no discurso através de papéis e de orientação dos participantes (p. 592);

3) O princípio da indexabilidade: indica como as identidades são constituídas, envolvendo relações semióticas entre formas linguísticas e significados sociais;

4) O princípio da relacionalidade: diz respeito à relação com o outro, implicando que as identidades não são autônomas nem independentes;

5) O princípio da parcialidade: uma dada construção de identidade pode ser em parte intencional, em parte deliberada e intencional, como resultado de uma negociação interacional, na construção de percepções e representações do(s) outro(s) (p. 585, 606).

Pelo princípio da emergência (p. 587), em nosso estudo a emergência se dá em eventos de fala (cf. Tannen, 1992:9 *apud* Pereira, 2002), no cotidiano da vida familiar, nas interações familiares, bem como no contexto das entrevistas de

pesquisa realizadas com membros da família (Aurélio, o pai; Ana Clara e Mariana, as filhas). Surgem, nas entrevistas, posições identitárias com atributos e qualificações de si mesmo e do outro, além de narrativas.

Os princípios da posicionalidade e relacionalidade, em nosso estudo, dizem respeito às construções interacionais do 'eu' na relação com o 'outro', envolvendo relações de semelhanças e diferenças. O princípio da indexabilidade, relacionado ao da emergência, diz respeito, sobretudo, às posições do *self*, com orientações avaliativas e epistêmicas no curso da fala.

Destacaremos, a seguir, o estudo das identidades que emergem dos discursos em conversas que ocorrem em cenários específicos.

3.2.2

Emergência e indexabilidade no discurso

A Análise da Conversa propõe uma visão interacional do 'eu' inserido em uma interação social. Para os analistas da conversa, as assimetrias no status e no exercício do poder institucional estão presentes nos níveis mais básicos de interação social, como em uma conversa entre indivíduos em um contexto específico (Antaki & Widdicombe, 1998).

A Análise da Conversa preocupa-se com a interação social como um domínio à parte (Zimmerman, 1998:196), assim como ressalta a orientação dos participantes, o que implica diferentes visões dos trabalhos das estruturas sociais e de outras características da organização social.

Widdicombe (1998:191) adota a postura de que a identidade está disponível para o uso, que é algo construído pelas pessoas e que está inserido em alguma outra atividade social e não algo que elas são. A autora (id. *ibid.*) afirma, ainda, que as diversas formas de uso das identidades podem ser invocadas para alocar a culpa e a responsabilidade, acusar ou defender, inclusive mobilizar outras identidades. Diante da busca de mostrar como as identidades são criadas, afirma que a resposta para isso estaria presente num cuidadoso exame dos detalhes da conversa.

3.2.2.1

Emergência de identidades na construção da narrativa

Nesta seção do estudo, incluo o trabalho de Charlotte Linde (1993:3-24) sobre “Histórias de Vida...”, pois será de grande ajuda quando formos analisar os dados das entrevistas. Segundo Linde, histórias de vida expressam nosso senso de *self*; quem somos e como nós nos tornamos dessa forma. Afirma que elas são, também, um meio muito importante pelo qual nós comunicamos nosso senso de *self* e negociamos isso com os outros (p.3). E mais, nós usamos essas histórias para pedir ou negociar participação no grupo e demonstrar que nós somos de fato membros legítimos desse grupo, entendendo e seguindo corretamente seus padrões morais.

Para a autora (id. Ibid.), embora a história de vida seja uma unidade lingüística crucial envolvendo uma interação social, ela é também relato do nosso interior, cujo sentido é o de ter uma história privada que organiza nosso entendimento de nossa vida passada, nossa situação atual e nosso futuro imaginado (p.11). E conclui que apesar de ser extremamente difícil estudar a história interior, estudar as maneiras como fazemos histórias faladas e públicas também revela algo sobre as maneiras pelas quais criamos nosso universo particular de significados (p.12).

Outro ponto a ser estudado quando se fala em histórias de vida é a tentativa que temos de fazer com que elas sejam (ou pareçam) coerentes. Ora, coerência é uma propriedade dos textos; isto deriva das relações que as partes de um texto têm umas com as outras e com o texto inteiro, bem como o texto com outros textos do tipo. Coerência pode também ser entendida como uma conquista do falante e do ouvinte; não é uma propriedade absoluta de um texto despersonalizado e não situado. Um texto coerente que o ouvinte constrói pode não ser o mesmo texto que o falante acredita ter sido construído. Apesar da coerência de um texto resultar das condições em que foi criado e negociado, também há uma base cultural para essas negociações.

Mais um estudo considerado significativo para a análise das entrevistas foi o de Mishler (1995, p.2-116) no qual mostra como uma resposta, mesmo a uma pergunta direta em uma entrevista relativamente estruturada, pode tomar a forma

de algo que possa ser reconhecido como uma história narrativa. O entrevistador/narrador descreve uma cena, introduz personagens e descreve ações, especifica eventos e suas relações ao longo do tempo. Ora, estas são características narrativas. Enfim, o objetivo do autor é mostrar que essas narrativas podem ser analisadas de maneira sistemática.

O autor traz importantes conceitos de pesquisadores como Gee (1985, p.11 *apud* Mishler, 1995. p.67-68) o qual afirma que uma das principais maneiras encontradas pelos seres humanos de fazerem sentido de sua experiência foi transformá-la em uma estrutura narrativa, habilidade a qual se desenvolve desde cedo, sem a necessidade de treinamento explícito ou instrução. Cohler (1982 *apud* Mishler, 1995. p.68) defende o uso da abordagem narrativa para o estudo da personalidade uma vez que corresponde à abordagem de fato utilizada pelas pessoas nas sucessivas interpretações ou reconstruções de sua própria história como uma narrativa pessoal.

Por considerar importante para as narrativas encontradas nas entrevistas principalmente de Aurélio, recorro, mais uma vez, a Mishler (1995, p.77) quando nos apresenta os métodos da análise lingüística às entrevistas narrativas de Labov e Waletzky (1967), segundo o autor, estes foram os primeiros a aplicar os métodos da análise lingüística às entrevistas narrativas. Seu objetivo foi apresentar uma estrutura analítica para a análise das versões orais da experiência pessoal. Eles classificam este tipo de análise como funcional, tendo em vista que as unidades da história e suas conexões são interpretadas como referenciais úteis. O seu foco está nas menores unidades de expressão lingüística por meio das quais as várias funções narrativas são realizadas.

Para os autores acima citados, a pergunta fundamental da análise narrativa parece ser: como podemos relacionar a seqüência das unidades da narrativa à seqüência de eventos que pode ser inferida da narrativa? A resposta estaria baseada na definição da narrativa como um método de recapitulação da experiência passada por meio da correlação entre uma seqüência verbal das unidades com os eventos que de fato ocorreram. O seu critério é o da congruência da realidade, representando um modelo particular da relação entre a linguagem e a realidade. É com base nesse modelo que eles podem garantir que a especificação de uma ordem temporal como uma questão fundamental procede a partir do

referencial funcional das narrativas. A ordem temporal é um problema essencial na análise narrativa.

Apesar das importantes contribuições desses dois autores, críticas poderiam ser apontadas com relação aos seus trabalhos. Em primeiro lugar, eles teriam subestimado o efeito do contexto do entrevistador e do entrevistado. A noção de Labov de que os entrevistados parecem aliviar a sua experiência quando contam histórias sobre os eventos dramáticos de suas vidas não parece ser razoável. Mishler (id. Ibid.) defende a idéia de que a presença e a forma de envolvimento do entrevistador são levadas integralmente em consideração pelo entrevistado. É nesse sentido que a história é uma produção conjunta; o papel do entrevistador é importante e deve ser levado em consideração, o que não foi feito por Labov e Waletzky.

Outra crítica elaborada por Mishler está relacionada à idéia de Labov de que a relação entre o discurso e a ação real possa ser capturada por meio de uma simples combinação entre as ordens temporais. De maneira contrária, esta relação deveria ser capturada por meio do estudo das narrativas pessoais.

De uma maneira geral, muitos pesquisadores da entrevista como narrativa parecem negligenciar os efeitos do contexto das entrevistas nas respostas dos entrevistados. De acordo com a perspectiva de Mishler (id. Ibid.), tendo em vista que as entrevistas são definidas como discursos produzidos em conjunto, alguns problemas mais específicos devem ser abordados. O fato de histórias aparecerem com tanta frequência fortalece a visão de alguns teóricos de que as narrativas são uma das formas cognitivas e lingüísticas por meio das quais os indivíduos tentam organizar e expressar significado.

Apropriadamente, segundo o autor, não é somente uma questão de como o falante se sente naquele dia; é primeiramente uma questão social. A troca de histórias de vida é um processo social, e existem demandas sociais na natureza de uma história de vida, o ouvinte carrega alguns tipos de demandas sociais na natureza da história de vida do falante. E conclui que quanto maior a intimidade, esperamos histórias de vida mais detalhadas, o conhecimento de seqüência e cronologia também pode ser esperado e sua ausência reportada. Isso é verdade porque uma história de vida não é simplesmente uma coletânea de fatos ou

incidentes; noções como causalidade, acidente e razões são cruciais para modelar o significado de uma história de vida.

3.2.3

Posicionalidade e relacionalidade: o ‘eu’ na relação com o ‘outro’

Os princípios da posicionalidade e relacionalidade, em nosso estudo, dizem respeito às construções interacionais do ‘eu’ na relação com o ‘outro’, envolvendo relações de semelhanças e diferenças. A fim de entender como se dá essa relação, proponho-me a retomar primeiramente Snow (2001:4) em que reflete sobre as identidades pessoais e sociais para discutir sobre identidades coletivas. Ele afirma que as identidades pessoais se constroem com atributos e significados atribuídos a si mesmos e que identidades sociais são atribuídas às outras pessoas, como uma forma de situá-las no espaço social. Afirma que a essência da identidade coletiva reside em um sentimento de ‘nós’, associado com algo real ou imaginário, podendo ser variável em função dos agrupamentos ou dos contextos (p. 5 e 6).

Retomo, ainda, Bucholtz & Hall, (2005:586), ao afirmarem sobre as identidades construídas na relação com o(s) outro(s): “Identidade é o posicionamento social do ‘eu’ e do ‘outro’”. Em nossa proposta de estudo, que envolve diferentes concepções de família, o grupo social coloca-se, discursivamente, no âmbito: das identidades pessoais de seus membros; das identidades sociais envolvendo papéis de pai, mãe, filhas e como se relacionam nesses papéis; e, finalmente, identidade sociais de pertencimento ao grupo, com a noção de ‘nós’, com valores e práticas discursivas, rotinas, partilhadas ou em conflito, em convivência ou não no mesmo espaço físico, social, cultural e psicológico.

Sobre discursos de identidades, considerei significativo o estudo de Moita Lopes (2003:24) quando reafirma a centralidade da construção discursiva das identidades sociais, dizendo que elas não estão prontas e fixas, mas situadas nos processos discursivos de suas construções. “Visto que aprendemos a ser quem somos nos encontros interacionais de todo dia.” (p.27).

Segundo Moita Lopes (2003, p.19):

“Na área de estudos lingüísticos, paralelamente à preocupação com as questões identitárias(...), que atravessam as Ciências Sociais, a temática das identidades surge em meio a uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve uma ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico. Ou seja, todo uso da linguagem envolve alteridade (Bakhtin, 1929/1981) e situacionalidade (Lindstrom, 1992). Assim, é impossível pensar o discurso sem focalizar os sujeitos envolvidos em um contexto de produção.”

3.2.4

Alinhamentos, enquadres e pistas de contextualização

As interações entre os membros da família são analisadas a partir de algumas noções, como os princípios tratados na seção anterior deste trabalho, e outras que visam a estabelecer o que ocorre no momento do encontro face a face, buscando demonstrar como se comportam interacionalmente os participantes e que atividades realizam nos conflitos e na construção do afeto.

Visto que a Sociolingüística Interacional concebe o significado como uma produção mútua de falantes e ouvintes na medida em que ambos são responsáveis pela co-construção da mensagem, faz-se necessário definir alguns conceitos que servirão como base para este estudo.

É impossível estudar as interações face a face sem retomarmos o conceito de enquadre, o que, segundo Goffman (1974 *apud* Pereira, 2002:15), consiste, no sentido literal, a perguntar: “O que está acontecendo aqui?” e, no sentido metafórico: “Qual é o significado do que está acontecendo aqui?”; e afirma que tais respostas vão sendo dadas por meio das pistas de contextualização oferecidas pelos emissores do texto. Ele assume, portanto, que “definições da situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – no mínimo os sociais – e nosso envolvimento subjetivo com eles...” (Goffman, 1974:10-13 *apud* Pereira, 2002:15).

Outro conceito significativo para nosso estudo, também encontramos em Goffman (1981 *apud* Ribeiro & Garcez, 2002, p.107) em que desenvolve o conceito de *footing*, procurando caracterizá-lo como um desdobramento do conceito de enquadre no discurso; o termo *footing* representa o “alinhamento, a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o

outro, consigo próprio e com o discurso em construção” em uma dada situação interacional. As mudanças de alinhamento são assinaladas por traços lingüísticos ou paralingüísticos.

Goffman (1981 *apud* Pereira, 2002:15) ao demonstrar que a comunicação face a face requer o engajamento de todos os participantes, uma vez que demanda esforços de cooperação mútua entre falantes e ouvintes, “desenvolve também outro importante conceito para a análise da interação, o conceito de *footing* procurando caracterizar o alinhamento, a postura dos participantes em uma dada situação interacional”.

“Uma mudança em *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e os outros presentes expressa na forma como administramos a produção ou recepção de uma elocução. Uma mudança em nosso *footing* é outra maneira de falar sobre a mudança em nosso enquadramento para eventos” (Goffman, 1981:128 *apud* Pereira, 2002:15).

A seguir, destacamos Tannen & Wallat (1987) que propõem a denominação de estruturas de expectativas distinguindo dois tipos – esquemas de conhecimento e enquadres. Esquemas de conhecimento representam uma visão cognitiva, derivados de estudos da psicologia cognitiva – referem-se a estruturas de conhecimento dos indivíduos e enquadres referem-se à definição do que está acontecendo em uma interação, qual atividade está sendo encenada e que sentido os falantes dão ao que dizem.

Em trabalho posterior, Tannen (2003) concentra-se nas tensões diárias e nas trocas verbais nos relacionamentos familiares. Afirma que é por meio da conversa que os relacionamentos são criados e que para entendermos os relacionamentos, devemos compreender os mecanismos da conversa cotidiana. Ao discutir as relações dentro da família, chama a atenção para o fato de que não são raros os momentos em que os participantes da conversa estão envolvidos cada um num enquadramento. Neste ponto, sugere que uma das maneiras mais poderosas encontradas para melhorar as conversas e os relacionamentos é o *reenquadramento*, que pode ser conseguido falando-se de um jeito diferente para alterar o sentido da interação ou simplesmente mudando o modo como se interpreta o que foi dito.

Shari Kendall (2006), ao abordar os conceitos de *framing* e *footing*, esclarece que uma abordagem de enquadres é baseada em duas premissas da sociolinguística interacional: primeiro há uma ordem interacional sócio-culturalmente dependente composta de princípios de organização e conduta social que permeia toda interação desde a mais formal até a mais vulgar; segundo, a produção e interpretação do significado em uma determinada interação dependem do que cada participante conhece e arquiva constantemente desses princípios.

Conforme Gumperz (1982^a:1,209 *apud* Pereira, 2002:12) os falantes sinalizam como estão interpretando ou se posicionando em um dado evento, evidenciando o seu envolvimento subjetivo com a atividade de fala e chama a isso de pistas de contextualização esclarecendo que podem ser quaisquer traços da forma lingüística e/ou não lingüística (gestos, postura, etc.) que contribuem para assinalar as pressuposições contextuais.

Para finalizar, saliente-se que nas interações podem ocorrer tanto mudanças de enquadre quanto de alinhamento, na medida em que, na maioria das vezes, um encontro passa por transformações no seu desenrolar.

3.2.5

Relações: conexão e controle

Visto que o objetivo deste estudo é tratar das relações dentro da família, conforme capítulo 2 deste trabalho, retomo Sarangi (2006) que concebe a família como “uma instituição social que faz a mediação entre o indivíduo e o social, com estruturas identificáveis, funções e hierarquias” (p. 403) e Tannen (2003) que examina a linguagem das conversas do dia a dia e como ela funciona nas relações familiares.

A fim de descrever as forças que impulsionam todas as nossas conversas, Tannen (2003:16) usa os termos *conexão* como sendo o modo como usamos a conversa para ficarmos mais perto uns dos outros ou colocarmos distância entre nós; e *controle* como sendo a capacidade de escolhermos determinadas palavras e como estas nos ajudam a obter domínio ou mostrar respeito (p.16).

Acrescenta que tudo isso é mais sentido na família por ser uma instituição altamente hierárquica e unida, onde há uma relação de poder e intimidade e na

qual, nos momentos de interação, procura-se encontrar o ponto certo entre proximidade e distância. Para Tannen (1993:167 *apud* Pereira & Bastos, 2002:176), embora relações de “poder e solidariedade, proximidade e distanciamento sejam vistas inicialmente como opostas, uma acarreta a outra”.

Tannen (2003) aborda o conceito de alinhamento como conexão; afirma que a conversa dentro de uma família, nos momentos de interação, cria alinhamentos que trabalham indiretamente para fortalecer ou afrouxar os laços entre os membros da família. Segundo a autora (id. *Ibid.*), o que parece, em alguns momentos, uma manobra de controle, poderia perfeitamente ser uma de conexão – as relações hierárquicas ou de poder podem tanto ser reconfortantes e íntimas como sufocantes ou uma ameaça à individualidade. E justifica que aqui o poder é representado mais claramente no relacionamento entre pais e filhos, especificamente quando estes últimos entram na adolescência.

Neste momento do estudo, em que se trata de hierarquia e poder, considero importante rever Pereira & Bastos (2002: 169-208) quando afirmam que “a expressão lingüística das emoções, se dará em diferentes categorias, componentes e dimensões discursivas” e que “estará presente em conversas, narrativas, ... em atos de fala” (p.175). Esclarecem, ainda, que o afeto se relaciona à estratégia de polidez positiva, “envolvendo interesse pela própria face, no seu desejo de aprovação, e pela face do outro, fazendo com que o interlocutor se sinta bem” (p.175).

E concluem afirmando que:

“A relação entre afeto, solidariedade e poder é complexa. Por um lado, a presença do afeto pode criar proximidade com o ouvinte, de ser amigável, de fazer com que o outro se sinta bem, como coloca Lakoff (1973, 1979) em sua Regra de Camaradagem. O efeito na relação interpessoal pode ser de envolvimento ou de solidariedade com o ouvinte. Por outro lado, ao criar a proximidade, o afeto pode também possibilitar o exercício do poder” (p.175).

As autoras (Pereira & Bastos, 2002) ao considerarem a dimensão do poder, remetem-nos a Brown & Gilman ([1960] 1968) ao estabelecerem que “pode-se dizer que uma pessoa pode ter poder sobre o outro na medida em que é capaz de controlar o comportamento do outro” (p. 254), como em relacionamentos entre pais e filhos.

3.2.6

Relações familiares como forma particular de amizade

A antropóloga Claudia Barcellos Rezende (2002), através do estudo da amizade, traz importante contribuição aos processos de construção de identidades retomando uma discussão significativa sobre hierarquia e individualismo; afirma que o exercício das relações familiares sempre foi uma forma particular de amizade e que esta pode tornar-se parte do processo de construção de identidade; conclui que se trata principalmente de “compreender como a linguagem da amizade poderia lançar luz sobre o modo de construir e reforçar hierarquias sociais” (p.17).

É interessante observar que, ao se perguntar sobre por que estudar a amizade, a autora observa que, na filosofia, a amizade sempre havia ocupado um espaço fundamental como parte significativa de uma vida bem realizada e conclui: “... a amizade seria essencialmente uma relação de igualdade e, portanto, distinta das relações de parentesco, que são assimétricas e muitas vezes instrumentais.” (p.22). Barcellos analisa, sobretudo, os discursos produzidos sobre a amizade... e se inspira na abordagem discursiva que Lutz e Abu-Lughod (1990) desenvolvem em seu trabalho com a antropologia das emoções; no sentido dado por Foucault (*apud* Rezende, 2002, p.26)

“enquanto práticas que formam os objetos sobre os quais falamos, o discurso produz experiência ao mesmo tempo em que é produzido em contextos de relações de poder particulares. Assim, em vez de tratar um idioma emotivo como veículo expressivo dos sentimentos, ele deve ser compreendido enquanto atos pragmáticos e *performances* comunicativas não apenas sobre sentimentos, mas também sobre questões tão diversas quanto conflitos sociais e relações de gênero. Aqui importa tanto o que é dito quanto o contexto em que o discurso é empregado – por quem, quando, com que propósitos.”

Nesta obra, Barcellos (2002) apresenta um ponto de vista que não havia sido discutido anteriormente, o critério de diferenciação entre os tipos de amizade. É interessante a observação de que este critério reside no grau de profundidade da relação; alguns dos entrevistados por ela declararam que as relações mais profundas que tinham eram com os amigos de verdade, enquanto as relações com colegas ou amiguinhos eram tidas como mais superficiais. Afirma, ainda, que a comparação entre amizade e família é uma das questões mais discutidas na

literatura antropológica e que aí são comparados dois tipos de relação: quanto a sua funcionalidade e a sua estrutura ou organização.

Encontra-se com frequência na obra de Barcelos a idéia de que não se escolhem os parentes, ao contrário dos amigos; e que a diferença de geração (um grupo nascido entre as décadas de 1940 e 50, e outro nos anos 1970) vai se refletir na experiência familiar, pois cada grupo vivenciou de forma distinta as mudanças na família. Nem mesmo aspectos como apoio e confiança foram por eles mencionados em sua relação com os parentes.

“O que mais se destacava em seus depoimentos era a idéia de família como um conjunto de relações que não se escolhia e que era dado – ‘você ganha de graça’, ‘é um acidente genético’ -, razão pela qual ela parecia ter menos importância do que as amizades. (...) Eram os mais velhos, por exemplo, que mais enfaticamente negavam a existência de uma relação de amizade com a família, entendida por eles como pais e irmãos” (p.113).

A autora salienta que para os entrevistados em geral existia, às vezes, alguma afinidade com os irmãos, mas pouca ou nenhuma com os pais, o que prejudicaria a abertura e a intimidade com eles. A seguir Barcellos apresenta a resposta de Marcos, 25 anos, ao comparar família e amizade:

“...família é outra coisa. Tenho uma boa aproximação com os meus irmãos e com os meus pais, mas não poderia dizer que são meus amigos. A gente fala assim, de modo meio irresponsável, que nossos pais são nossos amigos, e de certa forma são porque eles dariam a vida por você, isso já conta... Mas falando de modo mais específico, a amizade na família e os outros tipos de amizade são bem diferentes. Com a família você não se abre para falar de suas inquietações mais profundas” (p. 114).

Uma discussão interessante proposta pela autora é: por que seriam os mais velhos que se expressavam desse modo? Conforme já apresentado no capítulo 2 deste trabalho e retomado agora por Barcellos (id. Ibid.), alguns autores demarcam a década de 1970 como aquela em que houve uma transformação nas relações familiares nas camadas médias, passando de um padrão de autoridade tradicional e hierárquico entre pais e filhos (em que predominam papéis ‘naturalmente’ diferenciados) para um modelo moderno e mais igualitário de relação. Foram os mais velhos que fizeram parte da geração operadora dessa transformação, e que, com seus filhos, instauraram um modelo de relação baseado

na abertura e no diálogo entre iguais. Nesse momento foi dada ênfase à idéia de indivíduo e dava-se aos filhos direitos que deveriam ser reconhecidos pelos pais.

É importante salientar que os mais jovens cresceram nesse segundo momento, em que foi dada ênfase à idéia de indivíduo e dava-se aos filhos direitos que deveriam ser reconhecidos pelos pais. Temos um momento no qual as famílias tenderiam para um padrão igualitário de relacionamento e foram justamente estes filhos que se referiam a seus pais como amigos em quem confiavam inteiramente. Aqui, pais e filhos se relacionavam guiados mais por suas individualidades do que por papéis diferenciados e ordenados hierarquicamente. Cada discurso revela noções, valores e preocupações distintos, atrelados às questões sociais mais amplas de cada contexto.

Para concluir, busquei neste capítulo, rever alguns conceitos que, do ponto de vista teórico, são importantes para a análise que deverá ser feita nos capítulos seguintes. Em primeiro lugar, revimos o posicionamento sobre as identidades sociais, envolvendo as relações entre indivíduos e grupos, com foco na família, e, em segundo lugar, as teorias discursivas de natureza sócio-interacional que norteiam e fornecem as categorias de análise de dados na fala-em-interação, para a construção de identidades individuais e de grupo, no contexto da família.